

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4



 **Atena**
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas 4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas 4 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-295-1

DOI 10.22533/at.ed.951192604

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.

CDD 307

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os textos são um convite a leitura e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, particulares e públicas, federais e estaduais, distribuídas entre vários estados, socializando o acesso a estes importantes resultados de pesquisas.

Os artigos foram organizados e distribuídos nos 5 volumes que compõe esta coleção, que tem por objetivo, apresentar resultados de pesquisas que envolvam a investigação científica na área das Ciências Sociais Aplicadas, sobretudo, que envolvam particularmente pesquisas em Administração e Urbanismo, Ciências Contábeis, Ciência da Informação, Direito, Planejamento Rural e Urbano e Serviço Social.

Neste 4º volume, reuni o total de 23 artigos que dialogam com o leitor sobre temas que envolvem educação, escola e sociedade, dança e desenvolvimento sociocultural, urbanização, memória e museu, inovação social, economia, habitação, arquitetura e identidade cultural, movimentos sociais dentre outros, que são temas que se interligam e apontam críticas e soluções dentro das possibilidades das Ciências Sociais Aplicadas.

Assim fechamos este 4º volume do livro “A produção do Conhecimento nas Ciências Sociais Aplicadas” e esperamos poder contribuir com o campo acadêmico e científico, trabalhando sempre para a disseminação do conhecimento científico.

Boa leitura!

Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A (IN)JUSTIÇA COGNITIVA E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE	
Lívia Salomão Piccinini Karla Moroso	
DOI 10.22533/at.ed.9511926041	
CAPÍTULO 2	25
A CARÊNCIA DO HABITAR NAS POLÍTICAS PÚBLICAS: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL NO DF/BRASÍLIA	
Kenia de Amorim Madoz Marcos Thadeu Queiroz Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.9511926042	
CAPÍTULO 3	40
A INFLUÊNCIA DA DANÇA TRADICIONAL GAÚCHA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIOCULTURAL	
Eduardo Fernandes Antunes Maria Aparecida Santana Camargo	
DOI 10.22533/at.ed.9511926043	
CAPÍTULO 4	45
A PRECÁRIA URBANIZAÇÃO DE FAVELAS DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO-PAC	
Josélia da Silva Alves	
DOI 10.22533/at.ed.9511926044	
CAPÍTULO 5	59
ADVERSIDADES DA PRODUTIVIDADE FABRIL BRASILEIRA E FORMAS DE REAVER A SITUAÇÃO	
Hugo Pablo Lourenço Sapia	
DOI 10.22533/at.ed.9511926045	
CAPÍTULO 6	73
ALMA DOS OBJETOS: ABORDAGEM MEMORIAL E BIOGRÁFICA DE UM OBJETO DE MUSEU	
Helen Kaufmann Lambrecht Espinosa Daniel Maurício Viana de Souza Diego Lemos Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9511926046	
CAPÍTULO 7	85
ALUGUEL SOCIAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A NECESSÁRIA ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Luciano Roberto Gulart Cabral Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.9511926047	
CAPÍTULO 8	90
APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO: O HABITAR DO MORADOR DAS RUAS	
Dhyulia Roberth Ribeiro Isidoro Cristienne Magalhães Pereira Pavez	
DOI 10.22533/at.ed.9511926048	

CAPÍTULO 9	104
CONTRIBUIÇÕES DA HISTÓRIA DA CIÊNCIA PARA RESSIGNIFICAÇÃO DO CONCEITO DE QUANTIDADE DE MATÉRIA POR PARTE DE LICENCIANDOS EM QUÍMICA	
Sandra Franco-Patrocínio Ivoni Freitas-Reis	
DOI 10.22533/at.ed.9511926049	
CAPÍTULO 10	131
CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA GERAL DE SISTEMAS PARA A MUDANÇA SISTÊMICA DA INOVAÇÃO SOCIAL	
Daniela de Oliveira Massad Paulo César Lapolli Felipe Kupka Feliciano Leandro Maciel Nascimento Édis Mafra Lapolli	
DOI 10.22533/at.ed.95119260410	
CAPÍTULO 11	145
“CRESCIMENTO ECONÔMICO” COM “RESPONSABILIDADE SOCIAL”: A ESTRATÉGIA NEODESENVOLVIMENTISTA E O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV)	
Caroline Magalhães Lima	
DOI 10.22533/at.ed.95119260411	
CAPÍTULO 12	157
DÉFICIT HABITACIONAL E CONDIÇÕES DE MORADIA: UM ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE TUPÃ-SP	
Sandra Cristina de Oliveira Leonardo de Barros Pinto Gessuir Pigatto	
DOI 10.22533/at.ed.95119260412	
CAPÍTULO 13	169
FICÇÕES ARQUITETÔNICAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL	
Bruna Dal Agnol Caliane C. O. de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.95119260413	
CAPÍTULO 14	185
FILOSOFIA: REFLEXÕES ÉTICAS NO CONTEXTO INTERDISCIPLINAR EDUCACIONAL	
Bruna Medeiros Bolzani Fernando Battisti	
DOI 10.22533/at.ed.95119260414	
CAPÍTULO 15	196
HUMANIZAÇÃO DE CENÁRIO DO MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA: OTIMIZAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO	
Cleuza Bittencourt Ribas Fornasier Mariana Lautenschlager Spoladore Ana Paula Perfetto Demarchi	
DOI 10.22533/at.ed.95119260415	

CAPÍTULO 16	212
LABORATÓRIO FILOSÓFICO “SORGE LEBENS”: MAIORIDADE PENAL E SUAS IMPLICÂNCIAS	
Everton Luis Israel Ribas	
Vanessa, Steigleder Neubauer	
Rafael Vieira de Mello Lopes	
Fagner Cuozzo Pias	
DOI 10.22533/at.ed.95119260416	
CAPÍTULO 17	221
MOVIMENTOS SOCIAIS E INTERNET	
Nildo Viana	
DOI 10.22533/at.ed.95119260417	
CAPÍTULO 18	236
O TRABALHO NAS ECONOMIAS COLABORATIVAS: A PRECARIZAÇÃO E O DISCURSO DA GLAMOURIZAÇÃO	
Carlos Roberto Santos Vieira	
Elaine Di Diego Antunes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260418	
CAPÍTULO 19	243
PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS EM UMA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DE CERTEAU	
Franciely Chropacz	
Yára Lúcia Mazziotti Bulgacov	
DOI 10.22533/at.ed.95119260419	
CAPÍTULO 20	249
PROJOVEM URBANO: UM PROGRAMA INOVADOR PARA A JUVENTUDE?	
Vanessa Batista Mascarenhas	
DOI 10.22533/at.ed.95119260420	
CAPÍTULO 21	260
SENTIMENTOS E SENSações: O MARKETING DE EXPERIÊNCIA COMO ALIADO NA FIDELIZAÇÃO DE CLIENTES	
Guilherme Juliani de Carvalho	
Briza Gabriela Moreira Martins	
DOI 10.22533/at.ed.95119260421	
CAPÍTULO 22	271
TRABALHO PENOSO EM TEMPOS DE PRECARIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO NO BRASIL: (DES)CONSTRUINDO CONCEITOS	
Magda Cibele Moraes Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.95119260422	
CAPÍTULO 23	286
TUTELA DO ANIMAL DOMÉSTICO: UMA BREVE RETROSPECÇÃO DO PERÍODO PRÉ-HISTÓRICO DA HUMANIDADE AOS DIAS ATUAIS NO ÂMBITO DAS CONSTITUIÇÕES FEDERAIS BRASILEIRAS DE 1824 A 1988	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.95119260423	

O TRABALHO NAS ECONOMIAS COLABORATIVAS: A PRECARIZAÇÃO E O DISCURSO DA GLAMOURIZAÇÃO

Carlos Roberto Santos Vieira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
UFRGS
Porto Alegre - RS

Elaine Di Diego Antunes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
UFRGS
Porto Alegre - RS

RESUMO: As alterações no mundo trabalho exigem das comunidades acadêmicas e campos empíricos novos olhares sobre o trabalho e suas relações com os diversos atores do processo laboral. Uma destas alterações é o surgimento das Economias Colaborativas que são caracterizadas pela sua forma *sui generis* de organização, trabalho e gestão. Sendo assim, o objetivo deste ensaio teórico é debater as novas configurações do trabalho nas Economias Colaborativas (EC), focando principalmente na dicotomia entre a glamorização e a precarização do trabalho que estes tipos emergentes de arranjos produtivos apresentam, tanto no campo teórico como no empírico. Os principais questionamentos deste trabalho apontam um primeiro arrazoado sobre a relação entre o trabalho e esta nova configuração econômica denominada Economia Colaborativa, principalmente quanto a seus impactos em questões como carreira,

remuneração, precarização, etc.

PALAVRAS-CHAVE: Economias Colaborativas – Relações de Trabalho – Precarização.

1 | CONTEXTUALIZAÇÃO E OBJETIVOS

As alterações históricas nas condições de trabalho no mundo, nas formas de produção coletiva e seus impactos na vida das pessoas vêm sendo amplamente discutidas por inúmeros autores a partir de diferentes pontos de inflexão teórica. Os objetos de discussão mais alinhados ao trabalho que será apresentado a seguir, podem ser (i) as condições de trabalho advinda das novas condições econômicas da Europa e da América Latina (DOMBOIS, 2000), (ii) as questões de deterioração generalizada da vida do trabalhador, denominado precarização (DRUCK, 2011; STANDING, 2013) e (iii) a epifania radical do fim dos empregos atribuída pelas modificações tecnológicas e sociais aceleradas após o final da II Guerra Mundial (RIFKIN, 2004). Em todos estes pontos de reflexão teórica, e em inúmeras outras perceptivas do assunto, as discussões sobre trabalho ocupam espaço significativo, seja no Direito, nas Ciências Sociais e principalmente na Administração.

Segundo Fischer (1987), as Relações de

Trabalho (RT) se apresentam um campo dinâmico de estudos. Desde o surgimento do modelo taylorista-fordista de produção até as flexibilizações típicas das ditas novas Economias. Assim, as RT exigem reflexões atualizadas sobre as construções teóricas que possam dar conta das questões que emergem a cada instante. Neste sentido, este trabalho tem como proposta de discussão das novas configurações do trabalho nas Economias Colaborativas (EC), focando principalmente na dicotomia entre a glamorização e a precarização do trabalho que estes tipos emergentes de arranjos produtivos apresentam tanto no campo teórico como no empírico.

Para conduzir este debate, primeiramente será realizada uma revisão de trabalhos sobre Economia Colaborativa (EC), seguida de sua definição aqui delimitada e finalmente a discussão entre glamorização e precarização percebidas no campo empírico onde ocorrem as RT. O argumento teórico central, apresentado nas discussões finais, indica um horizonte possível de avanço nas pesquisas para compreensão do trabalho e suas relações nas Economias Colaborativas.

Segundo Belk (2010), a colaboração sempre existiu. Desde as relações familiares, passando pelos rituais de dividir alimentos até as mais complexas formas de compartilhamentos de ativos pessoais ociosos observadas na atualidade, estes atos de compartilhar e colaborar sempre foram uma constante na tessitura social.

Para melhor entendimento das EC e Relações de Trabalho aqui discutidas, é preciso remeter à origem da prática colaborativa para buscar seu lugar no novo modelo de econômico neoliberal vigente. A colaboração, para além de sua origem ancestral, pode estar associada às mudanças fundamentais da recente economia brasileira e mundial, as forças de oferta e demanda nos mercados de consumo e trabalho, a avalanche de medidas liberais concretizadas nos programas de privatização, o abandono das políticas públicas voltadas para a proteção de mercados internos, o acento no controle da moeda e da inflação via elevação da taxa de juros e, finalmente, a flexibilização institucional do mercado de trabalho, implementaram uma profunda mudança na realidade das RT, principalmente no que diz respeito à desregulamentação geral do aparato jurídico e, com ênfase, pelo início das demissões em massa (COSTA, 2005).

Especificamente quanto às EC, bem como suas implicações com as RT e o desemprego, estas não têm um único conceito e nem mesmo uma prática com limites definidos ou unânimes, seja no ambiente gerencial ou acadêmico, e podem ser também um resultado do modelo de flexibilização financeira análoga ao empreendedorismo.

Ainda na busca de um termo que mais se adeque, no mesmo Portal Capes incluindo os mesmos parâmetros da pesquisa já apresentada, somente trocando a busca pelo termo “Economia Criativa” foram encontrados 92 artigos com mais diversos enfoques, desde formas organizadas de fomento artístico até as plataformas digitais de consumo e arrecadação virtual. Não obstante, a diversidade de abordagens, a partir da leitura dos resumos dos 92 trabalhos é possível inferir que, acompanhando (SANTOS; TEIXERIA; LUFT, 2014), as Economias Criativas têm características marcantes em

relação às demais indústrias tradicionais, tais como, a criatividade como elemento central e a valorização da arte pela arte.

Ao ir mais adiante nesta busca semântica, um dos conceitos que mais se aproxima da ideia de EC que este trabalho pretende se referir é o de Economia Solidária (ES), cuja temática tem despertado o interesse crescente da comunidade acadêmica nos últimos anos e vem ganhando relevância em um cenário de reconfiguração das relações entre Estado e mercado, em que desponta a ideia de um chamado “terceiro setor” e que também está intimamente relacionado à problemática da exclusão social (FRANÇA, 2001). Neste trabalho, o autor afirma que este tipo de troca humana é caracterizado por uma nova forma de solidariedade, em anteposição ao papel do Estado, da lógica do mercado e caráter comunitário. Segundo Laville (1997), as ES têm dois traços característicos principais que as resumem, são eles (i) a hibridação das economias que permite que subvenções, financiamentos, atividade comercial e trocas não monetárias, como doações segundo a lógica da dádiva, as quais convivem em uma mesma atividade solidária e (ii) a construção de oferta e demanda de forma conjunta com as necessidades locais.

Sob uma outra ótica, a Economia Solidária pode ser vista a partir de duas perspectivas. A primeira diz que esta prática é um retorno ao passado de trocas em uma busca desesperada da resolução de dilemas do presente que assolam o indivíduo e o impelem no caminho de uma espécie de neodomesticidade. A segunda visão, de viés liberal, identifica a ES como a possível construção de um “terceiro setor” que visa corrigir as lacunas do primeiro (Estado) e do segundo (mercado). Este papel paliativo das ES está em rápido desenvolvimento na França em função do possível caráter isomórfico das organizações e da influência do pensamento americano na interpretação deste fenômeno de solidariedade econômica. Mais especificamente, quanto ao isoformismo citado, este pode ocorrer na ES tendo em vista que para sobreviver ou crescer, estas organizações, antes solidárias, recorrem às leis do mercado, vendo-se, forçadas então a adotarem estruturas e sistemas similares, tornando as suas práticas idênticas entre si, num dado setor organizacional, no caso das empresas meramente comerciais e sem um único objetivo solidário (DIMAGGIO; POWELL, 2005).

Na falta de um conceito acadêmico mais adequado, o presente trabalho terá como identificação de Economia Colaborativa uma **atitude coletiva e organizada de compartilhamento de conhecimento, experimentação de outras formas de relação com o contexto, otimização de espaços e principalmente pelo espírito relacional das pessoas que convivem e trabalham em espaços colaborativos**. Este conceito é muito semelhante aos de empresas sociais. conforme França (2001), cuja organização abarca atividades comerciais, mas com finalidades sociais, culturais ou artísticas. Na realidade, o conceito utilizado neste trabalho é o resultado de uma imbricação entre Economias convencionais, criativas e solidárias que têm na confiança e no compartilhamento seus pilares de conceituação e, a seguir discutidas, suas relações de trabalho.

Com o objetivo de trazer dados atualizados sobre os assuntos de EC mais especificamente, segundo relatório do *European Parliamentary Research Service - Taxing the value created in the collaborative economy*, publicado em fevereiro de 2018¹, a importância atual destes novos arranjos produtivos já é tão expressiva no continente europeu que países com a Bélgica, a França, o Reino Unido e a Itália estão propondo criar um ambiente regulatório, começando pela determinação de impostos sobre estas atividades.

Na América Latina, segundo relatório elaborado Instituto de Empresa de Madrid² em 2016, Brasil, México, Argentina e Peru lideram em número de iniciativas de Economia Colaborativa, concentrando 69% do total de respostas feitas na pesquisa que gerou o relato. O Brasil está no topo da lista com 32% das iniciativas. O relatório utiliza o conceito amplo de EC e coloca os serviços de transporte e acomodação como as principais iniciativas do setor. Especificamente, a forma de EC utilizada neste trabalho é entendida no relatório da América Latina como Educação, formação e Cultura, cuja dimensão é da ordem de 17% de todas as iniciativas.

Como eixo deste documento, em todas estas iniciativas, há trabalho e trabalhadores, sendo assim, nas EC há trabalho e, conseqüentemente, também há relações de trabalho nas suas mais diversas formas e imbricações. O campo empírico está demonstrando a necessidade de um olhar teórico sobre o fenômeno da colaboração e das RT. Tanto na cidade de Porto Alegre/RS - Brasil, como em países como França, Alemanha, Uruguai, Portugal e Espanha. Iniciativas colaborativas, como as aqui conceituadas, têm sido cada vez mais frequentes e, por isso, já estão exercendo influência prática e simbólica nas realidades do trabalho, como nos contratos formais e informais, na legislação, na família e na afetividade, por exemplo.

Em Porto Alegre/RS, o 4o Distrito, que compreende os bairros Humaitá, Farrapos, São João, Navegantes, São Geraldo e Floresta, mantém diversos projetos principalmente colaborativos como o TransLab que se relaciona com produtores da comunidade. Além deste, o Vila Flores promove iniciativas de EC, incluindo espaço *coworking*, atividades culturais e principalmente artísticas voltadas à comunidade. Já o Paralelo Vivo recebe os eventos da Zona de Desenvolvimento Sustentável. Nestes locais, dezenas de pessoas desenvolvem diariamente atividades laborativas e é possível observar uma postura altamente positiva por parte dos trabalhadores colaborativos em relação às iniciativas que fazem parte. Esta postura será denominada a seguir como glamourizada.

Em relação ao termo glamourização, escolhido para definir neste trabalho a percepção altamente positiva compartilhada por alguns trabalhadores colaborativos, foi inócua a procura por uma definição teórica já consolidada e que imprimisse legitimidade à utilização do termo. Sendo assim, este trabalho utilizará o termo glamourização **como o estado de espírito fortemente positivo e isento de crítica inicial quanto às reais condições de fazer parte de um projeto colaborativo.**

Dando continuidade à discussão, depois deste breve esclarecimento semântico,

em contrapartida, o trabalho nas EC, para além do caráter a ele atribuído de inovação, flexibilidade e autogestão por parte dos indivíduos, pode ser percebido como falácia da área do trabalho. Sobre esta percepção de discurso falacioso da atividade colaborativa, segundo Lima (2016), o projeto de trabalhar-por-conta-própria passou a ser associado à “liberdade” dos anos 90, com políticas específicas de apoio e a formalização de pequenas empresas. Tornou-se também política de Estado com os chamados “Arranjos Produtivos Locais” que buscam reduzir a informalidade e incentivar o empreendedorismo dos pequenos negócios, por meio de formação para construção de um “espírito empreendedor” e políticas de apoio como incentivos fiscais diversos, simplificação e redução de impostos.

Entretanto, embora afirmem preferir o trabalho autônomo, esses indivíduos se ressentem dos “direitos” do assalariamento, uma segurança mais virtual do que real a que nunca tiveram acesso. Estas alterações ocorridas nos anos 90, muito mais conseguiram reduzir os custos de produção, do que efetivamente criaram um ambiente benéfico às pessoas, o que constituiu, segundo Lima (2016), um exemplo da falácia relativa a um novo tipo de trabalho que já nasce precarizado.

A respeito do trabalho precarizado, Standing (2013) define o sujeito-vítima. Segundo o autor, o precariado é uma pessoa que tem relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que a torna completamente diferente do assalariado ou do proletário. A condição do precariado é única em termos de classe, apresentando uma condição de truncado, tendo em vista que sua renda social, conceituada pelo autor como as mais diversas formas de renda disponíveis (salário, família, governo etc.) e que não tem qualquer estabilidade ou relação contratual com alguma fonte pagadora regular. Esta autonomia e “espírito de liberdade” são perceptíveis no ambiente empírico de algumas EC e por isso são foco de atenção deste trabalho.

A partir destes conceitos teóricos, uma das questões que aqui se impõe é busca pela percepção cultural dos participantes das EC sobre sua própria precarização. Será que estes trabalhadores se dão conta de sua própria precarização ou ainda consideram preferencialmente a positividade, ora denominada de *glamour* frente à atividade das EC? Com ou sem esta criticidade, seria possível uma luta para melhorias de condições de trabalho nas EC?

O presente trabalho lança ideias para o debate de algumas consequências desta deterioração de relações a partir destas mudanças. Sendo assim, o objetivo do presente texto é fazer uma discussão teórica que relacione RT, precarização e o discurso glamourizado das Economias Colaborativas. Com este estudo inicial pode ser possível começar um debate que busque compreender o trabalho nos ambientes colaborativos e tentar evidenciar nestas novas RT um discurso ideológico de valorização de uma situação de trabalho dita mais livre e distante do emprego formal que pode estar se mostrando precarizada sobre diversos aspectos.

A partir destas reflexões, é possível perceber o discurso da colaboração como uma forma de liberdade, melhoria econômica ou até mesmo síntese do futuro do

trabalho. No entanto, pode ser que este mesmo discurso se apresente como uma forma de encobrir toda uma gama de precarizações impostas pelo modelo de flexibilização financeira altamente rentável para os donos do capital, mas que em muitos casos, a colaboração se constitua como fonte de redução de direitos e aumento dos riscos ao indivíduo. Após este breve panorama dos temas aqui elaborados teoricamente, a questão que finalmente se coloca para futuras pesquisas e que até o momento foram discutidas teoricamente é: como compreender as RT nestas EC de forma que se elucide as percepções contraditórias de glamourização e precarização? Sendo assim, supõe-se que poderia ser este campo precarizado no que tange às RT, no entanto percebido pelos sujeitos como glamouroso no que diz respeito à cultura destas organizações? Fica assim proposta uma pergunta, dentre tantas possíveis, apresentadas neste trabalho.

Nesta perspectiva, o presente artigo, explora a literatura sobre o tema Trabalho e suas Relações, aborda os conceitos Economias Colaborativas, trabalho e possíveis novas abordagens da relação entre estes dois temas de estudo. Sendo assim, buscase reflexões críticas, sobre os mais diversos pontos de vistas, sobre os impactos das EC nas relações de trabalho, o discurso de colaboração, as precarizações e as percepções de *glamour por parte de trabalhadores da EC*.

As RT aqui discutidas têm relação com as condições e as práticas de trabalho observadas pelos colaborativos no ambiente colaborativo. Por exemplo, como se dão as questões de remuneração, hierarquia, garantias de direitos sociais, previdência ou relações sindicais? Como em um ambiente colaborativo, como nas iniciativas do 4o Distrito em Porto Alegre – RS, com ampla participação coletiva e trocas constantes de conhecimento e afetos, se dão RT de forma a não tornar o trabalho de colaborar uma atividade precária, sem os mínimos parâmetros de estabilidade?

Sendo assim, tendo em vista o objetivo deste trabalho, que foi fazer um primeiro arrazoado teórico que relacione RT, precarização e o discurso glamouroso das Economias Colaborativas, é proposta aqui, não uma conclusão ou um debate central de ideias, mas sim um início de discussão cujos encontros de ideias e reflexões possam elucidar mais alguns elementos para compreender relações de trabalho, precarização e as novas formas e relações de trabalho no futuro.

REFERÊNCIAS

BELK, R. W. **Sharing**. Journal of Consumer Research, v. 36, n. 5, p. 715-734, 2010.

COSTA, Márcia da Silva. **O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 111-131, outubro. 2005.

DE FARIA, José Henrique; KREMER, Antônio. **Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação**. Revista Eletrônica de Administração, [S.l.], v. 10, n. 5, jul. 2013.

DIMAGGIO, P. J.; POWELL, W. W. **A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais.** Revista de Administração de Empresas, v. 45, n. 2, p. 74-89, 2005.

DOMBOIS, Rainer; PRIES, Ludger. **Relaciones laborales entre mercado y estado: sendas de transformación América Latina.** Venezuela, Nueva Sociedad. 2000.

DRUCK, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 37-57, 2011.

FISCHER, R. M. **“Pondo os pingos nos is” sobre as relações de trabalho e políticas de administração de recursos humanos.** In: FLEURY, M. T. L., FISCHER, R. M. Processo e relações do trabalho no Brasil. São Paulo: Atlas, 1987.

FRANÇA FILHO, G. C. **A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional.** Revista Sociedade & Estado. Brasília, Departamento de Sociologia - UnB, v.14, n.1-2, p.243-75, jan./dez. 2001

LAVILLE, Jean-Louis. **Mudança social e teoria da economia solidária. Uma perspectiva maussiana.** Sociologias, Porto Alegre, v. 16, n. 36, p. 60-73, Aug. 2014.

LIMA, Thales Batista de; COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal: uma revisão sistemática da literatura brasileira na área de Administração entre 2004 e 2013.** Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 310-324, June 2016.

RIFKIN, J. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo.** São Paulo: M.Books do Brasil, 2004.

SANTOS, de Almeida; TEIXEIRA, Rivanda Meira; LUFT, Maria Conceição Melo Silva. **Mapeando a Produção Científica sobre Economias Criativas em Periódico Nacionais e Internacionais de 2000 a 2013.** Revista Pensamento Contemporâneo em Administração.8 (4): 23-47, 2014.

STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-295-1



9 788572 472951